



[Dossiê: Reconfigurações contemporâneas da modernidade política latino-americana: conflitos, instituições e imaginários]

Hegemonia, crise e vicissitudes políticas na Argentina contemporânea

Hegemony, Crisis, and Political Vicissitudes in Contemporary Argentina

Rafael Rezende¹

¹ Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Transformações da Participação, do Associativismo e do Confronto Político (INCT Participa), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: brozrezende@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5082-7186>.

Artigo recebido em 03/31/2026 e aceito em 04/13/2026.



Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



Resumo

Este artigo propõe uma análise da política argentina contemporânea a partir do conceito de hegemonia, de fulcral importância para a teoria crítica. Inicialmente, será apresentado o desenvolvimento do referido conceito e suas diferentes interpretações, com especial atenção à sua recepção na Argentina. Em seguida, propomos analisar a conjuntura argentina em três escalas: internacional, examinando a inserção da Argentina nos blocos de poder globais; regional, articulando o caso argentino ao contexto dos países sul-americanos, da chamada “onda rosa” à atual ascensão da extrema-direita; nacional, analisando como processos como desindustrialização, financeirização e plataformização criaram um terreno fértil para o enfraquecimento das organizações sociais tradicionais e para o fortalecimento de uma ideologia individualista radical, representada por Milei.

Palavras-chave: Hegemonia; Extrema-direita; Gramsci; Argentina.

Abstract

This article proposes an analysis of contemporary Argentine politics through the concept of hegemony, which plays a key role in Critical Theory. It first presents the development of this concept and its different interpretations, with particular attention to its reception in Argentina. It then analyzes the Argentine conjuncture at three levels: the international level, by examining Argentina's position within global power blocs; the regional level, by situating the Argentine case within the South American context, from the so-called “Pink Tide” to the current rise of the far right; and the national level, by analyzing how processes such as deindustrialization, financialization, and platformization have created fertile ground for the weakening of traditional social organizations and the strengthening of a radical individualist ideology, represented by Milei.

Keywords: Hegemony; Far-Right; Gramsci; Argentina.



1. Introdução¹

A eleição de Milei foi um ponto fora da curva na história política da Argentina. Primeiro, porque ele era um verdadeiro outsider e sua coalizão estreava em eleições nacionais. Segundo, porque o discurso político de Milei e, sobretudo, de sua vice, Victoria Villarruel, confrontou temas outrora tratados como incontroversos pela ampla maioria da população, como os Direitos Humanos e a educação pública. Por fim, porque Milei caracteriza-se por uma personalidade excêntrica, marcada por episódios que vão desde o alegado hábito de pedir aconselhamento político a um cachorro morto até ofensas públicas dirigidas a líderes políticos e religiosos, como o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva e Jorge Mario Bergoglio, o Papa Francisco.²

Como foi possível que uma figura como essa, alheia às tradições políticas argentinas e com comportamento frequentemente desviante, tenha sido eleita com 14,5 milhões de votos, a maior votação da história do país? Como explicar que grupos sociais historicamente identificados com o peronismo tenham votado massivamente em um candidato de extrema-direita cuja plataforma política se opõe às posições que esses mesmos grupos tradicionalmente defenderam? Muitos analistas se apressaram e, direta ou indiretamente, abraçaram o chavão popularizado em 1992 na primeira eleição de Bill Clinton: *"It's the economy, stupid!"*.

Não negamos que a longa e profunda crise econômica que aflige as famílias argentinas desempenhou um papel importante na ascensão de Milei à presidência. No entanto, reduzir um fenômeno tão complexo quanto singular a um mero reflexo da economia em crise obscurece a dimensão política do fenômeno. Diante disso, este artigo propõe o emprego do conceito de hegemonia para analisar algumas facetas da política argentina contemporânea. Nosso objetivo é demonstrar não apenas sua atualidade como também sua importância ao tratar a política, a economia e a cultura como sistemas articulados.

Entendemos que uma análise sobre a Argentina contemporânea, com foco na dimensão política da crise atual e fundamentada no conjunto de teorias da hegemonia, é

¹ Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Transformações da Participação, do Associativismo e do Confronto Político. As análises e conclusões expressas são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da CNPq, a quem o autor agradece.

² O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES). Processo 88887.228673/2025-00.



capaz de iluminar alguns aspectos cruciais da reconfiguração da modernidade política na América Latina. No último decênio, no país austral, foi acelerado o desenvolvimento de tendências contemporâneas como o sucesso eleitoral da extrema-direita, o individualismo radical e o crescimento do trabalho informal e plataformizado.

Frente a esse cenário, convém questionar se a teoria crítica (doravante compreendida de maneira ecumênica e não como referência exclusiva à Escola de Frankfurt) pode nos oferecer ferramentas úteis para a análise dos fenômenos relacionados ao conjunto de transformações pelas quais passa a modernidade. Tal questionamento pode soar pueril, no entanto, historicamente, com algumas excessões, a teoria crítica não dedicou atenção suficiente às questões políticas, ao menos não de forma direta (DOMINGUES, 2021b). Acreditamos e procuraremos demonstrar que a resposta é positiva. Para os fins aqui perseguidos, destacamos o pensamento de Gramsci e de alguns daqueles que o seguiram e desenvolveram em distintas direções.

2. O conceito de hegemonia

O germe do conceito de hegemonia, assim como tantos outros corriqueiramente empregados em alguns subdivisões das ciências sociais, remete à Grécia antiga. Naquele escrito apontado como o a pedra fundamental dos estudos as relações internacionais, *História da Guerra do Peloponeso*, Tucídides afirma que

Depois das guerras persas ficamos com uma frota que nos permitiu livrar-nos do domínio e da hegemonia dos lacedernônios, pois nada os autorizava a dar-nos ordens mais que nós a eles, exceto o fato de naquele tempo serem mais fortes. Passamos então a exercer a hegemonia sobre os povos antes sujeitos ao Rei, e continuamos assim até hoje, acreditando que desta maneira estaríamos menos ameaçados pelos peloponésios, pois dispúnhamos de um poderio que lhes impunha respeito. (TUCÍDIDES, 2001. p. 403)

Como o trecho citado evidencia, para os gregos antigos a hegemonia correspondia a uma imposição de liderança e ao exercício de poder material. Tratava-se, portanto, de uma relação vertical fundada na força, ainda que nem sempre fosse necessário empregá-la.

O conceito seria retomado no século XIX, no contexto dos debates sobre a unificação alemã sob liderança prussiana (ANDERSON, 2017). Nas décadas finais do mesmo século, no Império Russo, os social-democratas passaram a utilizar a noção de



hegemonia não mais apenas para se referir às relações entre Estados ou entre entes políticos, mas também às relações entre classes sociais. A pergunta que orientava os debates à época era: a qual classe caberia a tarefa de liderar a revolução social que derrubaria o regime czarista? Grosso modo, as opiniões estavam divididas entre aqueles que apontavam os camponeses e aqueles que apontavam os proletários, uma vez que a burguesia demonstrava forte incapacidade de assumir tal tarefa histórica.

Plekhanov, que defendia uma revolução democrática na qual os proletários liderariam as demais classes, foi quem iniciou, ainda que de maneira tímida, a abertura do conceito de hegemonia para além da ideia de liderança pura e simples. Vejamos:

Durante um período da história, a hegemonia pertence à religião, durante outro, à política, e assim por diante. Essa circunstância inevitavelmente se reflete no caráter das épocas críticas correspondentes, cada uma das quais, conforme as circunstâncias, ou continua a reconhecer formalmente a antiga hegemonia, introduzindo um novo conteúdo oposto às concepções dominantes (como, por exemplo, a primeira Revolução Inglesa), ou então as rejeita completamente, e a hegemonia passa para novas províncias do pensamento (como, por exemplo, a literatura francesa do Iluminismo) (PLEKHANOV, 1977. p. 639, tradução nossa.)

A ideia de hegemonia adaptada à interpretação do papel exercido pelos sistemas ideológicos ainda estava longe de ser trivial. Lênin, por exemplo, emprega a palavra hegemonia 167 vezes em suas obras (D'AMICO, 2023). Em seus escritos mais importantes, o conceito aparece sempre como ferramenta explicativa para o processo de condução objetiva de uma classe sobre um movimento. Em um artigo escrito em 1911, Lênin critica o liquidacionismo de certos social-democratas que difundiam ideias liberal-burguesas contrárias a “slogans consagrados do marxismo revolucionário, como o reconhecimento da hegemonia da classe trabalhadora na luta pelo socialismo e pela revolução democrática” (LÊNIN, 1974, p. 2016, tradução nossa).

Quem apresentou a mais relevante inovação no uso do conceito foi o teórico e dirigente comunista italiano Antonio Gramsci. Suas proposições influenciaram profundamente o desenvolvimento posterior do marxismo ocidental e da teoria crítica como um todo, especialmente no que diz respeito às interpretações acerca dos nexos entre superestrutura e infraestrutura. Pode-se afirmar que Gramsci foi o principal responsável por enfraquecer, progressivamente, as leituras mecanicistas presentes em alguns círculos marxistas a respeito da determinação das relações econômicas sobre as relações sociais.



Como é amplamente conhecido, entre 1926 e 1934 Gramsci esteve preso pelo regime fascista de Benito Mussolini. No cárcere, enquanto seu estado de saúde cada vez mais debilitado permitiu, redigiu 33 cadernos abordando temas variados, com destaque para cultura, história e política³. Nesses cadernos encontramos algumas das preocupações centrais do intelectual orgânico, categoria formulada pelo próprio Gramsci.

Definindo um objetivo para então engendrar uma estratégia, Gramsci se perguntou: como organizar a revolução comunista na Itália? Para isso, foi necessário realizar uma análise histórica do país, identificando um conjunto de singularidades que, articuladas, formam o que denominou “questão meridional” (GRAMSCI, 1987). Trata-se da associação de características sociais, econômicas e demográficas próprias de uma Itália então marcada por um desenvolvimento capitalista tardio, onde forças modernizantes e tradicionais coexistiam, e que, embora unificada sob um mesmo Estado, permanecia dividida entre um sul agrário e profundamente pobre e um norte industrial economicamente pujante. É importante destacar que, além de constituir o fio condutor das reflexões de Gramsci, a questão meridional também ajuda a explicar a boa recepção de sua obra na América Latina, ela própria um subcontinente caracterizado por profundas desigualdades regionais e pela coexistência do tradicional e do moderno.

Em meados da década de 1920, Gramsci demonstrou profundo incômodo com a acusação, feita por alguns socialistas, de que os comunistas do norte defendiam uma solução mágica para a questão meridional⁴. Tal solução mágica consistiria na simples imposição da socialização dos latifúndios, o que supostamente selaria uma aliança entre os proletários do norte e os camponeses do sul em um cenário revolucionário conduzido pelos primeiros. Em defesa dos comunistas de Turim, Gramsci afirma que mantém sua posição favorável à distribuição da terra aos camponeses; explica, contudo, que essa medida deve estar subordinada a uma aliança proletário-camponesa construída não apenas a partir de interesses objetivos de uma classe, mas sim mediante a obtenção do consenso das amplas massas camponesas, em uma relação de solidariedade com os operários. Nesse ponto, revela-se o que Ortiz (2006) sublinha e que é central para a interpretação gramsciana de hegemonia: ao contrário de muitos marxistas de seu tempo,

³ Palmiro Togliatti e Felice “Gamba” Platone, então dirigentes do Partido Comunista Italiano, optaram por publicar originalmente 29 dos 33 cadernos. A publicação completa dos cadernos só ocorreu décadas depois.

⁴ A acusação foi redigida em um artigo do socialista Tommaso Fiore, publicado sob o pseudônimo Ulenspiegel, na revista *Quarto Stato*, em setembro de 1926.



Gramsci não opera com categorias essencialistas. Ao contrário: ele as insere em um contexto histórico multifacetado, no qual se desdobram múltiplas relações sociais.

Foi refletindo sobre as tarefas revolucionárias do Partido Comunista da Itália (PCI)⁵ diante desse contexto que Gramsci desenvolveu seu conceito de hegemonia. Em primeiro lugar, como vimos, o sardo rompe com o uso tradicional do conceito tal como empregado nos textos da II Internacional, isto é, como direção política objetiva, substituindo-o por uma noção de direção intelectual e moral. Assim, Gramsci lança nova luz sobre temas até então secundários no debate marxista: cultura, ideologia, opinião pública e produção de consenso. Vejamos:

A opinião pública como hoje se entende nasceu às vésperas da queda dos Estados absolutistas, isto é, no período de luta da nova classe burguesa pela hegemonia política e pela conquista do poder. A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante: por isto, existe luta pelo monopólio dos órgãos da opinião pública – jornais, partidos, parlamento –, de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica. (GRAMSCI, 2000. p. 265.)

A escolha do declínio do absolutismo como marco simbólico não se deu ao acaso. Revelando-se também um sociólogo da modernização, Gramsci identificou aquele momento como o início da gradual separação entre sociedade política e sociedade civil, isto é, entre o Estado em sentido estrito e os aparelhos privados de hegemonia, instrumentos pelos quais uma classe dissemina suas ideias e produz consenso, como os jornais e partidos mencionados anteriormente.

Sobre tal distinção, é necessário esclarecer dois pontos. Em primeiro lugar, a noção gramsciana de sociedade civil não deve ser confundida com aquela trabalhada por Marx em oposição a Hegel. Para o filósofo de Trier, a sociedade burguesa (*bürgerliche Gesellschaft*), empregada com o sentido de sociedade civil, era “a forma de intercâmbio, condicionada pelas forças de produção existentes em todos os estágios históricos precedentes e que, por seu turno, as condiciona” (MARX, 2007, p. 39)⁶; tratava-se, portanto, da “estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de

⁵ Somente a partir de 1943 que a organização passou a se chamar Partido Comunista Italiano.

⁶ No mesmo trecho citado, Marx prossegue: “esta [a sociedade civil], como se deduz do que foi dito acima, tem por pressuposto e fundamento a família simples e a família composta, a assim chamada tribo, cujas determinações mais precisas foram expostas anteriormente. Aqui já se mostra que essa sociedade civil é o verdadeiro foco e cenário de toda a história, e quão absurda é a concepção histórica anterior que descuidava das relações reais, limitando-se às pomposas ações dos príncipes e dos Estados” (MARX, 2007. p. 39).



consciência” (MARX, 2008, p. 47). A sociedade civil como pensada por Gramsci, porém, é algo distinto, sendo menos suscetível à condicionamentos e mais aberta às produções e reproduções, antagonismos e articulações, como imbricação das esferas política, econômica e cultural⁷. Ela é o terreno onde não apenas se disputa a opinião pública, mas também onde se produz ideologias a partir do que ele chamou de aparelhos privados de hegemonia.

O segundo ponto diz respeito à divisão entre sociedade civil e sociedade política. Essa distinção deve ser entendida como metodológica e não orgânica. O próprio Gramsci faz questão de destacar que, na prática, existe um Estado ampliado, um complexo formado pela articulação entre sociedade civil e sociedade política, sendo a primeira a arena prioritária da produção de consensos e a segunda o espaço privilegiado do exercício da coerção.

Dessa forma, para Gramsci, a hegemonia está ligada à capacidade de condução intelectual e moral de uma classe, e não apenas às suas capacidades materiais objetivas. Contudo, o sardo não desconsidera o papel da força: o exercício da hegemonia requer um delicado equilíbrio entre a construção da opinião pública como conteúdo político da vontade coletiva e o emprego ou a ameaça de emprego da violência (GRAMSCI, 2000).

Há uma figura que Gramsci apontou como central na construção de uma liderança intelectual e moral dentro da sociedade: o intelectual orgânico. Essa categoria, formulada pelo próprio autor, elucida o papel de determinados indivíduos cujas atividades filosóficas e educativas estão conectadas às ações políticas de uma classe social. Cabe ao intelectual orgânico forjar um bloco intelectual-moral que torne possível um progresso intelectual das massas, e não apenas de pequenos grupos.

A compreensão de que o declínio do absolutismo abriu processos de separação entre sociedade política e sociedade civil em diversas formações nacionais foi a base sobre a qual Gramsci desenvolveu suas construções teóricas. O que ele tinha em mente

⁷ Na primeira versão deste artigo, apresentada no seminário interno anual do Núcleo de Teoria Social e América Latina (NETSAL), utilizei a antiga divisão entre estrutura, vinculada às relações de produção, e superestrutura, vinculada ao direito, à cultura e ao Estado, para diferenciar o conceito de sociedade civil para Marx e Gramsci. Contudo, após debater com colegas e refletir sobre o tema, concluí que o emprego do referido recurso analítico não só era descabido, como digno de nota. Fazendo justiça ao pensamento marxiano, a divisão entre infraestrutura e superestrutura é na verdade um recurso que mais causa confusão do que auxilia a conformação de uma análise adequada. Sendo assim, nos aproximamos de Bonefeld (2014) quando ele afirma que, para Marx, o Estado não é uma criação objetiva do modo de produção capitalista, mas a forma política que a sociedade capitalista tomou. Em outras palavras e não tão diferente assim de Gramsci, a sociedade duplicando-se como Estado e sociedade.



era a pergunta: por que os russos conseguiram fazer a revolução que os alemães e nós, italianos, não conseguimos?

Comprometido com uma visão evolutiva da história comum em seu tempo, Gramsci via a Rússia como um país atrasado, onde a sociedade civil era demasiadamente frágil e, como consequência, o Estado poderia ser conquistado em um único lance, por meio do uso da força. Já nas sociedades ocidentais, onde a sociedade civil é mais desenvolvida, seria necessária uma estratégia gradual. Isso, entretanto, não deve ser confundido com uma defesa do etapismo, isto é, da construção de uma revolução por etapas (liberal-burguesa, socialista e comunista). Pelo contrário: a revolução comunista deveria estar na ordem do dia, mas sua viabilidade dependia do convencimento das massas. Por isso, para Gramsci, a hegemonia nas sociedades modernas deveria estar fundamentada em uma liderança intelectual e moral capaz de conduzir tal processo de persuasão.

Para categorizar as duas táticas, o sardo tomou emprestados conceitos dos círculos militares: a guerra de movimento, caracterizada pelo ataque frontal ao inimigo com o objetivo de derrotá-lo em uma única investida; e a guerra de posições, marcada pelo lento avanço e recuo das forças em conflito, que vão progressivamente ocupando (ou perdendo) posições, como ocorreu na Primeira Guerra Mundial, uma guerra de trincheiras encerrada pouco mais de uma década antes da redação dos Cadernos do Cárcere.

O entendimento de que havia em curso, no Ocidente, um processo de desenvolvimento da sociedade civil em relativa autonomia frente ao Estado stricto sensu, e de que, por consequência, a luta pela direção política deveria articular questões econômicas e culturais, foi talvez a mais influente contribuição do pensamento gramsciano ao marxismo ocidental no século XX. Temas como comunicação de massas e ideologia entraram definitivamente na agenda.

No Reino Unido, sua influência foi profunda sobre o heterogêneo e heterodoxo grupo de marxistas associados à *New Left*. Thompson (1978), por exemplo, apresentou uma interpretação inovadora da formação da classe trabalhadora inglesa, que, segundo ele, foi forjada muito mais por lutas, tradições e experiências compartilhadas do que por uma determinação mecânica derivada da posição dos indivíduos na divisão capitalista do trabalho. Já Williams (1979) enfatizou o papel das tradições e da cultura incorporadas à hegemonia, concebida como um processo dinâmico que dá sentido às experiências



vividas. Ambos os casos representaram, à época, importantes inovações para a teoria crítica.

3. Gramsci e a hegemonia na Argentina

Na segunda metade do século XX, o pensamento de Gramsci, cujo cerne, como vimos, é o conceito de hegemonia, difundiu-se pelo mundo. Essa propagação deveu-se principalmente a dois fatores: o processo de complexificação das sociedades modernas, que tornou mais difícil a adoção de uma política de classe contra classe por parte do conjunto dos partidos comunistas e socialistas; e a gradual inserção desses mesmos partidos no sistema democrático liberal. Na América Latina, contudo, além dos dois fatores citados, a boa recepção da obra do pensador italiano esteve também relacionada a outros aspectos.

[...] a adoção de Gramsci pelo pensamento social latino-americano está vinculado ao fato de que as peculiaridades nacionais dos países de nossa região encontram em suas proposições teóricas, em seus conceitos fundamentais e em seu método de indagação, a possibilidade de ser universalizados em um critério de interpretação mais geral que inclua a singularidade latino-americana em uma tipologia mais de acordo com a realidade das formações estatais. (ARICÓ, 2005, p.139)

Duas explicações não conflitantes ajudam a compreender a boa recepção do pensamento de Gramsci na América Latina. A primeira diz respeito à realidade social analisada por ele: a Itália era um país com profundas desigualdades regionais, onde o moderno e o arcaico conviviam, e onde o cristianismo desempenhava um papel central na cultura popular, características compartilhadas, em maior ou menor grau, pelos países latino-americanos.

Em segundo lugar, a obra de Gramsci oferecia uma alternativa inovadora para as esquerdas locais, sobretudo a partir de 1968, quando o assassinato de Che Guevara nas montanhas bolivianas frustrou as expectativas de muitos intelectuais e militantes que, entusiasmados com o triunfo da Revolução Cubana, haviam apostado no foquismo como tática. A alternativa gramsciana consistia na possibilidade de construir o socialismo sem prescindir da democracia, isto é, sem assumir a ditadura do proletariado como imperativo histórico. O caminho se daria por meio do aprofundamento e da reforma do próprio sistema democrático, com vistas ao estabelecimento de uma democracia socialista. A via



democrática, tal como pretendida no Chile da década de 1970 sob a presidência de Allende, era concebida como uma revolução processual: uma guerra de posições, nos termos gramscianos.

Embora os escritos de Gramsci tenham sido traduzidos para o espanhol e publicados na América Latina ainda na década de 1950 — recebendo atenção especial na Argentina, devido, entre outros fatores, à presença de uma numerosa população de italianos e descendentes —, foi apenas a partir da década de 1960 que os estudos sobre hegemonia começaram de fato a se popularizar. Esse processo, porém, enfrentou avanços e retrocessos em razão da onda de ditaduras militares instadas no subcontinente com apoio dos Estados Unidos (MELO; MAROCHI, 2020).

É relevante mencionar o papel desempenhado pela revista *Pasado y Presente*, editada em Córdoba entre 1963 e 1965, por Héctor Agosti, Héctor Schmucler, José Aricó e Juan Carlos Portantiero, sob patrocínio do Partido Comunista Argentino⁸. Naquele período, formou-se, na Argentina, uma nova esquerda intelectual que necessitava de ferramentas conceituais para lidar com um fenômeno relativamente novo e amplamente singular: o peronismo (TERÁN, 2013). Nesse sentido, o pensamento de Gramsci surgiu como um farol que iluminou o caminho para uma articulação mais ou menos crítica, conforme o intérprete, entre o marxismo e os movimentos nacional-populares.

O termo “nacional-popular” assumiu um papel central entre os leitores de Gramsci na América do Sul, funcionando como um verdadeiro “ponto de encontro no qual convergem muitos dos seus conceitos fundamentais, como o de hegemonia” (PORTANTIERO, 1991, tradução nossa). O conceito articula duas dimensões: as tradições culturais e a construção de uma vontade coletiva, ambas essenciais para a formação da hegemonia, como bem explica Portantiero:

O que Gramsci propõe como processo de construção de uma "vontade coletiva nacional-popular" é a necessidade desse nexo entre uma cultura moderna, secular e científica e os núcleos de "senso comum" encontrados na contraditória cultura popular. Essa associação entre uma massa que, para se organizar e se distinguir, necessita da mediação de intelectuais, é específica de seu conceito de hegemonia como processo de constituição de sujeitos sociais. Suas reflexões sobre a hegemonia apenas coroam seu discurso sobre o nacional-popular como categoria fundacional para a possibilidade de mudança histórica (Idem. p. 134, tradução nossa).

⁸ A publicação foi interrompida devido ao golpe militar de 1966 que empossou o General Juan Carlos Onganía.



Relacionando criticamente Sorel e Maquiavel, Gramsci apresentou sua noção de Príncipe como um mito capaz de produzir a vontade coletiva como síntese dialética. Esse Príncipe não poderia ser outro senão o Partido Comunista. Ele atuaria, portanto, como uma “fantasia concreta que atua sobre um povo disperso e pulverizado para despertar e organizar sua vontade coletiva” (GRAMSCI, 2000, p. 14).

A ideia do Príncipe como fantasia concreta, como operador de uma articulação necessária à construção da hegemonia, influenciou diretamente outro importante teórico latino-americano, aquele que talvez tenha desenvolvido a abordagem mais eclética e heterodoxa sobre o tema: Ernesto Laclau. Embora tenha construído a maior parte de sua carreira na Inglaterra e produzido algumas de suas obras mais importantes em parceria com Chantal Mouffe, cientista política belga, Laclau nasceu e cresceu na Argentina, bem como formou-se politicamente dentro do amplo campo peronista. Suas principais categorias analíticas procedem tanto das experiências políticas que vivenciou em seu país natal quanto da tradição do pensamento social argentino.

Na década de 1980, Laclau enfrentou duas questões cruciais para o pensamento político e social. A primeira foi a crise da experiência socialista no Leste Europeu e na União Soviética, cujos sonhos emancipatórios se desvaneceram na consolidação de regimes sustentados por rígidos dispositivos de dominação. Essa crise colocou em xeque não apenas tais regimes, que poucos anos depois implodiram, mas também o marxismo-leninismo, que era, desde 1917, a principal referência teórica e organizacional das lutas anticapitalistas.

A segunda questão foi a pluralização das identidades (HALL, 2011), que Laclau e Mouffe denominaram multiplicação das posições do sujeito (2010). Trata-se, empiricamente, do aprofundamento do processo de diferenciação social que fez com que identidades individuais e coletivas passassem a resultar de equações cada vez mais complexas, com variáveis em constante transformação e impossíveis de serem reduzidas a uma única dimensão, como a econômica. Uma das consequências centrais desse fenômeno foi o surgimento, a partir das décadas de 1960 e 1970, dos chamados “novos movimentos sociais”, que culminaram no cenário contemporâneo onde os movimentos são cada vez mais caracterizados pela pluralização das formas de engajamento, pela plurimilitância, por identidades multirreferenciais e por agendas transversais que articulam diferentes escalas de ação (BRINGEL; PONTES SPOSITO, 2020).



Do ponto de vista teórico, assumir que há uma multiplicação das posições do sujeito implica recusar a noção essencialista de sujeito como prévio às relações sociais e determinado, por exemplo, pela classe. Assumindo-se “pós-marxista” sem pedido de desculpas, como enfatizou ao intitular um célebre artigo escrito com Mouffe (2015), Laclau (1987, p. 42) chegou a afirmar que o conceito de luta de classes “não é correto nem incorreto; ele é, simplesmente, totalmente insuficiente para descrever os conflitos sociais contemporâneos”.

Diante do diagnóstico de que a sociedade se tornara mais complexa, produzindo demandas democráticas crescentes dirigidas ao sistema político; e de que o marxismo tradicional, excessivamente atrelado à primazia das relações econômicas, já não fornecia, sozinho, ferramentas adequadas para a análise social e a formulação de estratégias emancipatórias, Laclau formulou a pergunta central da sua mais destacada obra: qual deveria ser a estratégia socialista nesse novo cenário? Para respondê-la, voltou a Gramsci, mais precisamente ao conceito de hegemonia, que para ele nada mais é do que a própria lógica do político.

Se, para Laclau, a política consiste na busca incessante e sempre incompleta pela hegemonia, é preciso compreender seus mecanismos. Em *Hegemonia e Estratégia Socialista* (2010), Laclau e Mouffe afirmam que a chave para sua conquista é a capacidade de construir uma articulação discursiva. A proliferação de posições do sujeito, cada qual gerando demandas democráticas distintas, conforma uma cadeia diferencial. A tarefa dos que pretendem construir um bloco hegemônico consiste em articular essas diferenças de modo a produzir uma cadeia de equivalências. Para isso, são necessários um significante vazio e a constituição de um antagonismo.

O significante vazio é um significante estruturalmente impossibilitado de significar de forma plena; ele expressa uma falta (LACLAU, 2011). É justamente esse caráter impreciso e por vezes ambíguo que lhe confere a capacidade de unificar demandas heterogêneas. Contudo, toda cadeia de equivalências pressupõe uma cadeia antagônica correlata, pois mesmo uma articulação hegemônica, ao universalizar particularidades, produz necessariamente um “lado de fora”. Não cabe aqui aprofundar a problemática da relação universal/particular em Laclau. Basta ter em mente que, em consonância com a hipótese lacaniana da falta constituinte, Laclau entende que “toda identidade, como dimensão diferencial, é penetrada por uma falta constitutiva e é



cancelada quando incluída em um meio não diferencial; logo, a particularidade só se constitui em referência à universalidade como falta” (REZENDE, 2021, p. 352).

É justamente a questão da identidade na contemporaneidade que faz com que as ideias de Laclau sobre hegemonia sejam tão úteis para as análises sociológicas correntes. Vejamos um exemplo: o peronismo, entendido como um movimento sociopolítico, não nasceu da vontade pura e simples de seu líder, mas de uma construção discursiva capaz de articular um grupo social sob uma identidade coletiva. Perón, ao chegar ao poder, encontrou uma legião de excluídos do sistema político, uma massa disponível para ser organizada. Essa massa disponível, observada primeiramente por Germani (1965), era composta por trabalhadores recentemente incorporados à vida urbana e industrial que, no entanto, seguiam excluídos das principais instituições do país. Perón percebeu, de maneira perspicaz — como posteriormente reconheceu o próprio Germani, notório anti-peronista — que essa massa poderia e deveria constituir a base social de seu movimento político.

Em que pesem as críticas de Domingues (2018) a Laclau, a quem acusa de reintroduzir no debate sociológico o velho binarismo entre cultura e estrutura, bem como de substituir a determinação econômica pela política, o sociólogo brasileiro reconhece que o peronismo é uma construção discursiva e recorre ao conceito de imaginário, de Cornelius Castoriadis, para representar a cristalização parcial desse discurso. Domingues também aponta a oposição entre povo e oligarquia como um dos elementos centrais desse imaginário, algo que converge com a teoria do populismo proposta por Laclau.

A oposição entre os descamisados, como Eva Perón nomeou a massa trabalhadora peronista, e a oligarquia que historicamente comandava o país fundou o antagonismo que possibilitou a construção de uma cadeia de equivalências capaz de dividir a Argentina entre o povo, isto é, os peronistas, e o restante: oligarcas, traidores da pátria e assim por diante. Não por coincidência, foi observando os discursos de Juan Domingo Perón durante o exílio — discursos que necessitavam de certo grau de ambiguidade para agradar a gregos e troianos, peronistas de direita e de esquerda — que Laclau formulou sua teoria do populismo, cujo um dos elementos centrais, como já mencionado, é a construção de cadeias de equivalência que suplantam as diferenças. Em uma famosa entrevista concedida em Madrid, em 1972, Perón foi perguntado sobre o espectro político na Argentina. O general então respondeu:



Veja, na Argentina há 30% de radicais [referindo-se à União Cívica Radical, partido argentino fundado em 1891 e, naquele momento, bastante identificado com as classes médias urbanas], o que você entende por liberais; 30% de conservadores e outros 30% de socialistas.” “Então, onde estão os peronistas?”, questionou o jornalista. “Ah, não, somos todos peronistas!” (PERÓN, 2019)

Dessa forma, inaugurou-se um período em que todos os argentinos eram peronistas, exceto quem não era. Durante pelo menos sessenta anos, o peronismo tornou-se o centro da política argentina ou, mais precisamente, o seu núcleo hegemônico. É verdade que essa hegemonia nem sempre se traduziu em vitórias eleitorais. No entanto, o conceito de hegemonia não deve ser confundido com a simples formação de maiorias numéricas. A hegemonia do peronismo na Argentina pode ser observada em sua capacidade de cristalizar determinados imaginários e instituições, como, por exemplo, o forte movimento sindical, a educação pública e, após o fim da última ditadura, a centralidade da defesa dos direitos humanos. Como apontaremos a seguir, essa hegemonia passou a ser efetivamente desafiada apenas com a ascensão de Javier Milei, que procura, a todo custo, construir uma nova cadeia de equivalências a partir da qual seria possível erigir uma hegemonia alternativa.

4. A dimensão política da ascensão de Milei

A relevância do pensamento gramsciano na atualidade é significativa. As ferramentas conceituais e analíticas desenvolvidas pelo heterogêneo grupo de teóricos da hegemonia permitem compreender fenômenos políticos contemporâneos ao enfatizar três pontos centrais: a ideia de que, embora a política não constitua um sistema autônomo, tampouco é um sistema determinado; a compreensão de que as classes sociais não possuem interesses definidos a priori; e a admissão de que as ideias são capazes de organizar visões de mundo e orientar ações e interpretações individuais e coletivas.

Com raras exceções, como Semán e Welschinger (2023), boa parte dos sociólogos e principalmente dos cientistas políticos, ao analisarem o fenômeno Javier Milei, tende a apontar a crise econômica como variável determinante, seja em primeira, seja em última instância. Em linhas gerais, essas interpretações constituem variações de um mesmo esquema que rebaixa a política à condição de sistema determinado: a crise econômica leva a insatisfação popular que leva a eleição de um outsider.



É o que fazem, por exemplo, Murillo e Oliveros (2024). Em interessante artigo sobre a “irrupção de Javier Milei na política argentina”, as consagradas cientistas políticas apontam diversas variáveis para, ao final, interpretar a escolha eleitoral dos argentinos como uma combinação de voto econômico e voto de protesto. Considerando, no entanto, que, como bem apontou Abal Medina (2025), os argentinos há muito se acostumaram a uma situação de anomalia na qual crise econômica e estabilidade política coexistiam, resta a pergunta: por que agora? Por que Milei?

Para compreendermos a dimensão política da ascensão de Javier Milei, é necessário observar as múltiplas imbricações entre as escalas nacional, regional e global. Em outras palavras, compreender como se associam o relativo enfraquecimento da hegemonia estadunidense, a eleição de Donald Trump, o fim da onda rosa na América do Sul, a eficaz propagação da racionalidade neoliberal e as transformações estruturais na economia argentina, que estão relacionadas à crise atual, mas vão muito além dela, tendo suas raízes na última ditadura militar, quando foram introduzidas como projeto político de desmantelamento da tradicional base social peronista.

Segundo Robert W. Cox (1981; 1983), teórico das Relações Internacionais que adaptou a teoria da hegemonia de Gramsci ao seu campo de estudos, a hegemonia no sistema internacional é um exercício de liderança sustentado por três fundamentos: instituições, ideias e capacidade material. A partir dessa premissa, ao observarmos a conjuntura mundial, podemos concluir que a hegemonia estadunidense está sendo desafiada pela China, conformando um cenário de “empate hegemônico”, isto é, uma situação em que duas forças são capazes de bloquear o projeto uma da outra, embora nenhuma detenha recursos suficientes para impor plenamente o seu próprio (PORTANTIERO, 1977).

O liberal Joseph Nye (2019), que certamente não pode ser acusado de antiamericanismo, argumenta que a hegemonia estadunidense segue vigente, embora sob ameaça, caracterizada por um declínio relativo. Isso ocorreria porque as instituições internacionais que sustentaram a *pax americana* estariam sendo gradualmente abandonadas pelo próprio Estados Unidos e, paralelamente, perdendo legitimidade no sistema internacional. Em um arroubo conscientemente ou inconscientemente gramsciano, Nye alerta os *policy makers* para o fato de que liderança é distinta de dominação.



A nosso ver, o problema de sua interpretação, além do peso excessivo atribuído às instituições e ao multilateralismo, é que Nye parece tratar a ascensão de Trump como causa e não como consequência desse declínio. As instituições internacionais perdem legitimidade ao menos desde 2003, quando os EUA desconsideraram o Conselho de Segurança da ONU e invadiram o Iraque sem respaldo legal. Em segundo lugar, é preciso levar em conta que a eleição de Trump deriva de transformações de longo prazo na política e na economia norte-americana, que incluem: décadas de estagnação salarial, aumento da desigualdade, diminuição da mobilidade ascendente, crescente endividamento privado, declínio do emprego no setor manufatureiro tradicional, intensificação dos conflitos raciais e a difusão de ideologias conservadoras (CAMPBELL, 2019). Em outras palavras, as duas vitórias de Trump devem ser lidas não como uma demonstração de força de um império pujante, mas como um desesperado reflexo de uma hegemonia em crise.

Outro sinal possível do declínio relativo da hegemonia estadunidense é o aprofundamento da financeirização global. Giovanni Arrighi (1996), fortemente influenciado por Gramsci e Braudel, analisou os ciclos sistêmicos de acumulação capitalista e concluiu que a migração do capital “produtivo” para as finanças é um dos principais indícios de esgotamento de um ciclo hegemônico. O autor também observou que a transferência gradual de setores produtivos para o leste asiático, um dos alvos preferenciais das críticas de Trump durante sua campanha, constitui outro indicativo de transformações no sistema-mundo.

A crise econômica e política contemporânea, associada ao possível declínio do ciclo hegemônico estadunidense, não deve ser lida como exceção, mas como regra. As crises são inerentes ao capitalismo e devem ser compreendidas não como sintomas terminais do modo de produção, mas como oportunidades de superação dos obstáculos à sua reprodução (KARATANI, 2016). Tal superação, caso necessário, pode assumir a forma de lideranças populistas autoritárias, como o mundo testemunhou nas décadas de 1920 e 1930 e testemunha novamente hoje.

Longe de constituírem fenômenos isolados, as explosões contemporâneas do extremismo político são parte de um processo articulado. O pesquisador argentino Ariel Goldstein (2024) afirma que as lideranças, partidos e movimentos de extrema-direita formam hoje uma verdadeira internacional reacionária, cujos representantes nacionais, apesar das diferenças entre si, estão conectados por laços sólidos de solidariedade.



Muitas das fundações e empresários que antes financiavam a direita mainstream passaram a apoiar a nova direita radicalizada. A essa internacional reacionária somam-se os grandes empresários de tecnologia, responsáveis pela modulação dos algoritmos que transformam as redes sociais em máquinas de propaganda extremista produzida *on demand*, ao mesmo tempo em que controlam bancos de dados gigantescos que alimentam as campanhas eleitorais dessa nova direita global.

A solidariedade não se limita ao discurso. Milei tem sido constantemente apoiado por Trump. Pouco antes da eleição legislativa argentina de 2025, o presidente estadunidense concedeu um swap cambial de 20 bilhões de dólares à Argentina, prometendo um empréstimo adicional do mesmo valor indiretamente condicionado ao sucesso eleitoral de seu aliado. Semanas depois, na data em que a Argentina deveria pagar uma parcela de US\$ 840 milhões ao FMI, observou-se um aumento de US\$ 870 milhões em um tipo específico de ativo argentino, enquanto o mesmo ativo nos EUA diminuiu exatamente US\$ 870 milhões em relação ao mês anterior. Ambos os governos se recusaram a comentar a curiosa coincidência.

No plano regional, a eleição de Milei insere-se no esgotamento da Onda Rosa, denominação atribuída à sequência de vitórias eleitorais das esquerdas sul-americanas. Embora heterogêneas, com diferentes níveis de integração ao sistema político, variadas formas de organização e estratégias reformistas ou refundadoras (PEREIRA DA SILVA, 2011), essas esquerdas articulavam-se em torno de um projeto de integração regional e de defesa das democracias contra golpes internos e interferências estrangeiras. O fim desse ciclo favoreceu a construção de um discurso hegemônico que enfatiza os erros das esquerdas nacionais e obscurece seus êxitos.

O fim da Onda Rosa não significou um retorno, sancionado pelas urnas, a um cenário prévio, isto é, a uma conjuntura em que a direita até então existente operava dentro dos limites estabelecidos pela democracia liberal representativa. Ao contrário, inaugurou um momento no qual proliferam casos do que Pereira da Silva (2018) denominou de “neogolpismos”, isto é, rupturas democráticas, não necessariamente com apoio ou participação militar, em que novas e velhas direitas recorrem a interpretações distorcidas das instituições para fomentar processos de desestabilização e acionar o mecanismo do impeachment quando este é constitucionalmente previsto.

Quando não eram vítimas de processos neogolpistas que sitiavam os regimes democráticos em um só ou em poucos movimentos, os regimes políticos sul-americanos



estavam inseridos em um contexto global de gradual desdemocratização. O século XX foi um momento expansivo da democracia liberal: o sufrágio universal tornou-se uma realidade na maior parte do mundo, a agenda pública foi ampliada e direitos políticos e sociais foram conquistados. Com o avanço da democracia liberal, o Estado deixava de ser exclusivamente uma comissão que administra os negócios da classe burguesa, como observou Marx no século XIX, para desenvolver uma autonomia relativa e tornar-se a condensação de relações de forças entre classes e frações de classe, como argumenta Poulantzas (1980).

Entretanto, no final daquele mesmo século, iniciou-se um processo regressivo que, aparentemente, vem ganhando ritmos cada vez mais acelerados, vindo a conformar um sistema muito mais próximo de algo que o Domingues (2021) chama de oligarquia liberal avançada, do que uma democracia liberal propriamente dita. Nesse contexto, “todos podemos votar, a agenda pública supostamente está em aberto, mas nada disso parece realmente importar” (DOMINGUES, 2021, p. 17).

O desenvolvimento do processo de desdemocratização pode estar relacionado ao aprofundamento da crise de legitimidade das democracias. Segundo o Barômetro das Américas, um projeto de pesquisas de opinião pública com cidadãos de mais de 30 países das Américas e do Caribe, realizado pelo Projeto de Opinião Pública da América Latina, da Vanderbilt University, a Argentina e o Uruguai seguem sendo os dois países pesquisados com maior apoio ao regime democrático. Não obstante, no primeiro, entre 2008 e 2023, o referido apoio caiu de 90% dos entrevistados para 68%, uma variação de 22 pontos percentuais em quinze anos (EL OBSERVADOR, 2024).

Não é possível afirmar, sem um estudo mais aprofundado, se a desdemocratização alimenta a desconfiança em relação ao regime ou se a desconfiança em relação ao regime alimenta a desdemocratização. Tampouco é possível determinar, no caso argentino, o grau de influência da crise econômica sobre a percepção da população acerca do regime. O fato é que ambos os fenômenos são reais e apresentam indícios de que podem se retroalimentar.

No plano nacional, dois fatores contribuíram para a formação de um terreno fértil ao surgimento de uma figura como Milei: as transformações estruturais pelas quais passa o país e a crise de liderança peronista. A base social do peronismo nasceu com a integração das massas trabalhadoras, sobretudo operários migrantes ou filhos de migrantes, ao sistema político (GERMANI, 1965). Essa integração se deu, em parte, por



meio da proliferação de organizações da sociedade civil, como sindicatos, entidades assistenciais e núcleos de atividade política, quase sempre vinculados ao peronismo (aqui concebido como movimento, não apenas como partido). Assim, ainda nos anos 1950, o peronismo tornou-se o centro da política argentina, que passou a ser estruturada entre peronistas e antiperonistas. Esses últimos, no esforço de eliminar o movimento, recorreram a golpes militares em 1955, 1962, 1966 e 1976, além de impedir a participação eleitoral do Partido Justicialista entre 1955 e 1973. Nada disso diminuiu a força do movimento; pelo contrário, suas adversidades tornaram-se motivo de orgulho para a militância, como expressa um trecho de um conhecido cântico repetido pelos militantes: “apesar das bombas, dos fuzilamentos, dos companheiros mortos e dos desaparecidos, não nos venceram”.

O mais eficaz golpe sofrido pelo movimento peronista, contudo, foi a gradual dissolução de sua base social enquanto coletivo. Em 1974, a Argentina completava uma década de crescimento econômico contínuo, muito apoiado no setor manufatureiro. Naquele ano, o PIB da indústria manufatureira argentina correspondia a 61,7% do PIB brasileiro e a 87,6% do PIB mexicano, percentuais que, em 2001, haviam caído para 35,3% e 34,5%, respectivamente (WAINER; SCHORR, 2022). Durante a última ditadura militar (1976–1983), iniciou-se o chamado longo ciclo neoliberal, marcado pela ruptura com o modelo de substituição de importações, pelo abandono da estratégia industrializante e pela adoção de um modelo financeiro orientado ao ajuste estrutural. Os resultados verificados foram:

o encolhimento relativo e absoluto da indústria; mudanças no perfil de especialização e inserção internacional com foco na reprimarização e na desintegração do tecido produtivo; redefinição drástica da relação capital-trabalho; crescente centralidade estrutural de grandes grupos econômicos e declínio de amplos segmentos empresariais (micro, pequenos, médios e até mesmo alguns grandes), e a acentuada financeirização do ciclo de acumulação e reprodução das frações mais concentradas do capital. (WAINER; SCHORR, 2022. s.p, tradução nossa.)

O processo iniciado na última ditadura foi aprofundado durante a redemocratização e segue em curso até hoje, tendo apresentado pequenos intervalos nos governos peronistas de Néstor e Cristina Kirchner. Como consequência, a massa de operários sindicalizados que outrora sustentou o movimento peronista já não possui a mesma relevância no cenário político que um dia já possuiu. Como afirma o intelectual e liderança social Juan Graboïs (2013), o neoliberalismo promoveu um tipo de exclusão



estrutural. Isto é, não se trata da formação de um exército industrial de reserva que é convocado em períodos expansivos e que serve ao capital como instrumento de contenção de demandas salariais. Essas pessoas são verdadeiras sobras do sistema e, comumente, a única política estatal que lhes é destinada é a repressão ou o encarceramento (WACQUANT, 2009).

Os excluídos do sistema de trabalho formal, quando não se envolvem com a mendicância, o abuso de drogas ou o crime, frequentemente encontram meios de sobrevivência na economia popular (catadores, feirantes, camelôs, etc.) ou na economia de plataformas. Esta última depende do uso intensivo das redes sociais, que formam aquilo que Marins (2025) chamou de uma “nova infraestrutura da informalidade”.

A gradual dissolução da base social clássica do peronismo e a reconfiguração do mundo do trabalho, agora orientado para atividades cada vez mais individuais, flexíveis e inseguras, integram aquilo que Grimson (2024) denominou de “paisagens emocionais das extremas-direitas massivas”. O autor ainda argumenta que, na base do crescimento da extrema-direita na Argentina, está o ressentimento daqueles que empobreceram enquanto assistiam ao avanço de políticas de igualdade de gênero e de reconhecimento cultural vinculadas à esquerda. Soma-se a isso a internalização do modelo da economia de plataformas e, de forma mais ampla, da razão neoliberal, que faz com que o indivíduo se perceba como um “sujeito empresarial” (DARDOT; LAVAL, 2016). Como escrevemos alhures, Milei foi bem-sucedido ao vender

um projeto radical, por meio de um discurso antissistêmico, que apresenta todos os indivíduos como potenciais empreendedores capitalistas, cujo insucesso decorreria unicamente da ação do Estado e de seus agentes parasitários. Trata-se de uma verdadeira oposição discursiva entre cidadania e empresariado: a primeira é associada à pobreza e à dependência; o segundo, à riqueza e à autonomia. (REZENDE, 2025)

Milei construiu-se seguindo a fórmula analisada por Laclau e Mouffe. Ele mobilizou um significativo vazio, a liberdade, e estabeleceu uma posição antagônica: o Estado e todos aqueles que dele dependem para a efetivação de direitos. O Estado e a classe política seriam, assim, inimigos da liberdade e do sucesso individual e, portanto, os principais responsáveis pelas mazelas vividas pela população. A luta por essa liberdade abstrata e aberta a múltiplas significações conseguiu transformar diferenças em equivalências. Dito isso, a vitória de Milei ocorreu, sobretudo, no campo do discurso.

Se, por um lado, Milei foi eficiente no uso de seus recursos e perspicaz no aproveitamento da oportunidade apresentada, por outro, os peronistas acumularam



erros e hoje enfrentam uma crise de liderança, entendida aqui de maneira mais ampla, a partir do ponto de vista gramsciano. Com isso, queremos dizer que não se trata apenas de o peronismo não possuir, até agora, uma liderança capaz de unificar e orientar o movimento; trata-se da incapacidade do movimento e de seus dirigentes de exercerem liderança moral e intelectual com o povo argentino. Se é verdade que os peronistas foram colocados em um intrincado labirinto, também é verdade que eles têm se chocado entre nos corredores, em vez de se unirem para buscar uma saída.

Reconstruir o peronismo como força capaz de voltar a articular um projeto hegemônico não será simples. A crise é também de legitimidade. Apesar da resiliência demonstrada nos últimos anos, mantendo um piso eleitoral nacional na casa dos 20%, muitos argentinos ficaram profundamente decepcionados com o partido após a desastrosa experiência de governo da fórmula Alberto Fernández e Cristina Kirchner.

5. Conclusão

Neste artigo, buscamos reconstruir, dentro dos limites impostos pelo espaço disponível, a trajetória do conceito de hegemonia, com especial atenção à virada promovida por Antonio Gramsci. Em seguida, apresentamos algumas das principais recepções do conceito na Argentina. Por fim, analisamos a ascensão de Javier Milei, relacionando-a à algumas tendências de reconfiguração da modernidade contemporânea, como a desdemocratização e o crescimento de um individualismo radical.

A análise aqui desenvolvida assumiu como premissa e tentou demonstrar que qualquer fenômeno político e social é sempre multicausal, o que impossibilita explicações reducionistas que atribuem à política ou à economia o papel de fator último numa espécie de crença na precedência ontológica de uma sobre a outra.

Em suma, argumentamos que, para além do sofrimento imposto pela crise à população argentina, fatores como a eleição de Trump, a decomposição da base social do peronismo, a construção de subjetividades neoliberais e os erros de condução política das lideranças peronistas foram fundamentais para a crise de legitimidade desse movimento e para o surgimento de um ator desafiante, interessado na articulação de um novo bloco hegemônico. Esse ator desafiante, cujo sucesso se expressou nas ruas e nas urnas, construiu-se discursivamente ao se alinhar às tendências mais marcantes de



reconfiguração da modernidade contemporânea: a valorização do sujeito empresarial, a financeirização da economia e o enfraquecimento das coletividades outrora identificadas com o peronismo.

Não há como prever o futuro de Milei ou do peronismo, assim como não existem fórmulas mágicas para a superação da crise, para o retorno da estabilidade política ou para a manutenção do regime democrático. Independentemente do lado que se observa, a vitória ou a derrota será consequência de uma longa guerra de posições.

Referências bibliográficas

ABAL MEDINA, Juan Manuel. El triunfo de Javier Milei o el final de la «anomalía» argentina. Nueva Sociedad, dez. 2023. Disponível em: <https://www.nuso.org/articulo/milei-anomalia-argentina/>. Acesso em: 7 nov. 2025.

ANDERSON, Perry. *The H-Word: the peripeteia of hegemony*. Nova York: Verso, 2017.

ARICÓ, José. *La cola del diablo: el itinerario de Gramsci en América Latina*. Buenos Aires: Editorial Punto Sur, 2005.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

BONEFELD, Werner. *Critical theory and the critique of political economy: on subversion and negative reason*. Nova York: Bloomsbury, 2014.

BRINGEL, Breno; PONTES SPOSITO, Marília. Apresentação do dossiê. Educação & Sociedade, v. 41, 2020.

CAMPBELL, John L. Why did Donald Trump really get elected? *Journal of Public Governance*, v. 46, n. 4, 2019.

COX, Robert W. Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. *Millennium: Journal of International Studies*, v. 10, n. 2, 1981.

COX, Robert W. Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method. *Millennium: Journal of International Studies*, v. 12, n. 2, 1983.

D'AMICO, Vinicius O. M. M. Prefácio. In: LENIN, Vladímir Ilitch Uliánov. *Estratégia e tática da hegemonia proletária*. São Paulo: Lavrapalavra, 2023.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.



DOMINGUES, José Maurício. Bolsonaro e o Brasil no contexto global: extrema-direita, democracia e oligarquia. In: DOMINGUES, José Maurício. *Uma esquerda para o século XXI: horizontes, estratégias e identidades*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2021.

DOMINGUES, José Maurício. A teoria crítica e a reabertura do horizonte histórico. In: DOMINGUES, José Maurício. *Uma esquerda para o século XXI: horizontes, estratégias e identidades*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2021b.

DOMINGUES, José Maurício. Imaginário e política na modernidade: a trajetória do peronismo. In: DOMINGUES, José Maurício. *Emancipação e história. O retorno da teoria social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

EL OBSERVADOR. Encuesta: en 2023 retrocedió el apoyo a la democracia en la Argentina. 20 fev. 2024. Disponível em: <https://www.elobservador.com.uy/argentina/encuesta-en-2023-retrocedio-el-apoyo-a-la-democracia-en-la-argentina-20242207355>. Acesso em: 1 mar. 2026.

GERMANI, Gino. *Política y sociedad en una época de transición*. Buenos Aires: Paidós, 1965.

GOLDSTEIN, Ariel. *La cuarta ola: líderes, fanáticos y oportunistas en la nueva era de la extrema derecha*. Buenos Aires: Marea Editorial, 2024.

GRABOIS, Juan. Capitalismo de exclusión, periferias sociales y movimientos populares. In: The emergence of the socially excluded. Vatican City: Pontifical Academy of Sciences, 2013.

GRAMSCI, Antonio. *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

KARATANI, Kojin. Capital as spirit. *Crises & Critique*, v. 3, 2016.

LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 1, n. 2, 1986.

LACLAU, Ernesto. *Emancipação e diferença*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. Pós-marxismo sem pedido de desculpas. In: LOPES, A. C.; MENDONÇA, D. (org.). *A teoria do discurso de Ernesto Laclau: ensaios críticos e entrevistas*. São Paulo: Annablume, 2015.



LENIN, Vladímir Ilitch Uliánov. Resolution adopted by the Second Paris Group of the R.S.D.L.P. on the state of affairs in the party. In: Lenin collected works. Moscow: Progress Publishers, 1974.

MAGRI, Lucio. *O alfaiate de Ulm: uma possível história do Partido Comunista Italiano*. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARINS, Cristina T. Informais e hiperconectados: plataformização, redes sociais e trabalho no Brasil pós-pandemia. In: BATAGLIA, Bruna et al. (org.). *Reconfiguração da modernidade brasileira: tendências e desafios*. Rio de Janeiro: Morula, 2025.

MARX, Karl. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MELO, Alessandro de; MAROCHI, Ana Claudia. Renovação do marxismo na Argentina: José Aricó e a revista *Pasado y Presente*. Revista HISTEDBR On-line, v. 20, 2020.

MURILLO, María Victoria; OLIVEROS, Virginia. Argentina 2023: la irrupción de Javier Milei en la política argentina. Revista de Ciencia Política, v. 44, n. 2, 2024.

NEGRI, Antonio. *Historia de un comunista*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2021.

NYE, Joseph S. The rise and fall of American hegemony from Wilson to Trump. *International Affairs*, v. 95, n. 1, 2019.

ORTIZ, Renato. Notas sobre Gramsci e as ciências sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n. 62, 2006.

PEREIRA DA SILVA, Fabricio. *Vitórias na crise: trajetórias das esquerdas latino-americanas contemporâneas*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2011.

PEREIRA DA SILVA, Fabricio. O fim da Onda Rosa e o neogolpismo na América Latina. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 4, n. 2, 2018.

PERÓN, Juan Domingo. In: MUR, Robert. *Peronistas somos todos! La Vanguardia*, 2019. Disponível em: <https://www.lavanguardia.com/internacional/20190615/462867639548/argentina-macri-vicepresidente-peronista-pichetto-reeleccion.html>. Acesso em: 1 mar. 2026.

PLEKHANOV, Gueorgui. The development of the monist view of history. In: *Selected philosophical works*. Moscow: Progress Publishers, 1977.

PORTANTIERO, Juan Carlos. Economía y política en la crisis argentina: 1958-1973. *Revista Mexicana de Sociología*, 1977.



PORTANTIERO, Juan Carlos. Gramsci en clave latinoamericana. Nueva Sociedad, n. 115, 1991.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

REZENDE, Rafael. Reflexões sobre populismo e democracia no pensamento de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. *Mediações*, v. 26, n. 2, 2021.

REZENDE, Rafael. O fenômeno Milei e o peronismo no labirinto: um breve balanço da eleição legislativa argentina. Blog da Boitempo, 28 out. 2025. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2025/10/28/o-fenomeno-milei-e-o-peronismo-no-labirinto-um-breve-balanco-da-eleicao-legislativa-argentina/>.

SEMÁN, Pablo; WELSCHINGER, Nicolas. 11 tesis sobre Milei. Revista Anfibia, dez. 2023. Disponível em: <https://www.revistaanfibia.com/11-tesis-sobre-milei/>. Acesso em: 5 nov. 2025.

TERÁN, Oscar. *Nuestros años sesenta: la formación de la nueva izquierda intelectual argentina (1956–1966)*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2013.

THOMPSON, Edward Palmer. *The making of the English working class*. New York: Vintage Books, 1978.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Brasília: Editora UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

WACQUANT, Loïc. *Punishing the poor: the neoliberal government of social insecurity*. Durham; London: Duke University Press, 2009.

WAINER, Andrés; SCHORR, Martín. La desindustrialización argentina en el largo ciclo neoliberal (1976-2001): una aproximación a la trayectoria de las clases y fracciones de clase. *América Latina en la Historia Económica*, v. 29, 2022.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.



Sobre os autores

Rafael Rezende é mestre e doutor em sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Créditos de autoria

O autor é o único responsável pelo artigo.

Declaração sobre conflito de interesses

Não há possíveis conflitos de interesse na realização e comunicação da pesquisa.

Informações sobre financiamento

Esta pesquisa foi realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Declaração de Disponibilidade de Dados

A disponibilidade de dados não se aplica a este artigo, pois nenhum dado/novo dado foi criado ou analisado neste estudo.

Declaração sobre o Uso de Inteligência Artificial

Não foi utilizada ferramenta de IA no desenvolvimento deste trabalho.

Editoras Responsáveis pela Avaliação e Editoração

Carolina Alves Vestena e Bruna Bataglia.

